

REVISTA DE GEOGRAFIA



PPGEO

Programa de Pós-Graduação
em Geografia ufjf

OS CEMITÉRIOS COMO ESPAÇO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: O CASO DO SÃO JOÃO BATISTA (RJ).

CEMETERIES AS A SPACE OF SOCIO-SPATIAL SEGREGATION: THE SÃO JOÃO
BATISTA'S (RJ) CASE

Mariana dos Santos Minhava Marques da Silva

Faculdade de Formação de Professores/ UERJ

R. Francisco Portela, 1470 - Patronato, São Gonçalo - RJ, 24435-005

E-mail: marianasmms@yahoo.com.br

João Paulo Vasques da Rocha

SME-RJ

Avenida Teixeira de Castro, 407, Bonsucesso. Rio de Janeiro – RJ, 21040-011

E-mail: joaopvrocha@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho visa demonstrar a segregação socioespacial que ocorre nos cemitérios, partindo de uma análise histórica do estabelecimento das primeiras necrópoles no Rio de Janeiro, até os dias de hoje, tendo o cemitério São João Batista como objeto de estudo. Analisando o espaço urbano e o local de análise, há uma clara divisão entre classes, o que ocorre de forma menos dinâmica, obviamente, mas nem por isso menos clara. Através de símbolos, localização e tipo de sepultura, há uma identificação da classe social a qual a pessoa pertencia e ainda há uma separação no cemitério entre sepulturas de maior valor e as de menor valor, assim como nas grandes cidades. Além de espaços óbvios e dinâmicos onde acontece a segregação, como favelas e condomínios fechados, o trabalho visa mostrar esse tipo de processo, que tem suas particularidades, mas nem por isso deixa de demonstrar características da segregação tradicional, estudada por grandes geógrafos.

Palavras-chave: Cemitério São João Batista, Geografia Urbana, Geografia Histórica, Segregação Socioespacial, Espaço Urbano.

Abstract

This work aims to demonstrate the socio-spatial segregation that occurs in the cemeteries, starting from a historical analysis of the establishment of the first necropolises in Rio de Janeiro, until nowadays, having the São João Batista's cemetery as object of study. Analyzing the urban space and the place of analysis, there is a clear division between classes, which occurs in a less dynamic way, obviously, but not less clear. Through symbols, location and type of grave, there is an identification of the social class to which the person belonged and there is still a separation in the cemetery between the most valuable and the least valuable graves, as well as regular properties in big cities. Besides obvious and dynamic spaces where segregation takes place, such as slums and gated communities, the work aims to show this type of process, which has its peculiarities, but it also demonstrates characteristics of traditional segregation, studied by famous geographers.

Keywords: São João Batista's Cemetery, Urban Geography, Historical Geography, Socio-spatial segregation, Urban Space.

1. Introdução

Os cemitérios construídos na Cidade do Rio de Janeiro do século XIX mostraram o processo de mudança dos costumes funerários na época, a consequente eliminação de sepultamentos nas igrejas e transferência das necrópoles para o âmbito extramuros. Ilustrar-se-á duas causas para isso: A grande epidemia de febre amarela que assolou a cidade do Rio de Janeiro em meados do século XIX, epidemia esta que alcançou todas as classes sociais, e não só as classes desfavorecidas como era de praxe; e ainda, que os sepultamentos em cemitérios trariam uma suposta igualdade entre as classes. Assim então, na derradeira hora, pobres ou ricos jazeriam no mesmo local, retornando ao lugar de onde vieram.

No presente trabalho, os objetos de estudo são as necrópoles cariocas, tendo sua análise desde o século XIX, data de suas implantações na cidade e algumas configurações atuais. Particularmente, o estudo se centrará no cemitério São João Batista, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro.

Ilustrar as causas de transferência espacial dos mortos na cidade, sejam essas causas a simples higienização da cidade, que ocorreu pela epidemia de febre amarela e pelo ideal de levar os mortos para fora da cidade por segurança sanitária; seja por finalmente haver um único local para sepultamento de pessoas de todas as classes, origens e credos, dando indícios de que, finalmente, a divisão de classes existente na sociedade não se estenderia para esse espaço em questão. No século XIX, assim como hoje, ricos e pobres habitavam locais diferentes na cidade e em condições bastante diferenciadas. O espaço urbano já era trabalhado pelos seus agentes transformadores como o Estado e promotores imobiliários. Desta forma será realizada uma análise das diferenças espaciais dentro do cemitério em questão, avaliando um tipo de segregação que há na necrópole carioca. Apesar de estarem no mesmo local, não significam da mesma forma, ou ainda: representada sua memória de forma igual, já que justamente pelo tipo de suas sepulturas, como sua localização nos cemitérios ou mesmo os adornamentos, demonstram a classe social dos falecidos.

Além de pesquisa bibliográfica, iconografias da época e leitura de textos on-line, a elaboração do trabalho contou com trabalhos de campo e mesmo pesquisas no cemitério em análise.

2. O histórico de implantação dos cemitérios na cidade do RJ: a epidemia de febre amarela e os miasmas

Das muitas epidemias que atingiram a cidade do Rio de Janeiro no século XIX, podemos citar vários ocorridos e mesmo várias doenças que ceifaram muitas vidas. Entretanto, a febre amarela que se instalou na cidade em fins do ano de 1849 e meados de 1850 foi considerada uma das mais terríveis. Nada estranho para uma cidade que apresentava problemas de localização, estando espremida entre morros e repleto de brejos e mangues no centro, ou mesmo para as condições de higiene precárias ou mesmo inexistentes não só nas ruas, mas também nas moradias, como falta de saneamento, casas mal arejadas, ao rés do chão e muito próximas umas das outras. Assim, o Rio de Janeiro era considerado uma cidade insalubre pelas autoridades da época.

As epidemias eram consideradas então algo recorrente na cidade, onde várias assolavam o centro, principalmente, fazendo várias vítimas todos os anos. Talvez por isso, o reconhecimento por parte de autoridades da época tenha demorado. Há um relato do parlamentar por Minas Gerais, Limpo de Abreu, em um exame relatório apresentado ao corpo legislativo:

Em 1833 grassaram no município do Rio de Janeiro, principalmente em Irajá, Pílares e lugares circunvizinhos, febres intermitentes que fizeram

muitos estragos na população. Estas mesmas febres continuaram nos anos de 1834 e 1835, e em todas essas épocas o governo viu-se na necessidade de decretar socorros, e fazer despesas com extraordinários sacrifícios. No ano de 1836 grassou no município da Corte a epidemia das bexigas. Em 1843 grassaram febres de caráter gravemente maligno nesta cidade. Em 1844 febres mortíferas invadiram a população desta cidade, e além disso, houve a epidemia das bexigas. Em 1846 houve uma epidemia mortífera na freguesia do Campo Grande, município da Corte, e o contágio das bexigas também na Corte. A última epidemia que houve, e a que decerto causou maior susto na Corte e município do Rio de Janeiro e que afetou muito maior número de pessoas, foi a epidemia de 1850. (RODRIGUES, 1997, p.34).

Pelo depoimento do parlamentar, vemos que doenças graves eram costumeiras na cidade. Contudo, muitas vezes era negado ou mesmo demorada a aceitação por parte de autoridades médicas que a cidade estaria tomada por epidemias. Claro, um diagnóstico precoce poderia causar tumulto e levar pânico à população. Assim, médicos procuravam tranquilizar a população, desmentindo ou mesmo diminuindo suas reais dimensões.

Aliás, os médicos eram as autoridades da época na cidade, de modo que eles eram os responsáveis por “pensar a cidade”. As teorias higienistas, que serão tratadas mais adiante, eram responsáveis pelo ordenamento urbano a fim de evitar e acabar com as epidemias que corriam a cidade. Havia pareceres médicos sobre a doença, e os próprios médicos eram considerados lentes nos assuntos médico-sanitários.

Entre os relatos de médicos, segundo Rodrigues (1997, p.39) podemos ressaltar o do Dr. Lallemand, que resumindo, falava sobre o ataque da febre que ia “de casa em casa”, atacando “uma pessoa após a outra”, e ainda “como um raio sobre o céu azul, caía em geral a febre amarela sobre o povo”. Nas observações podemos, inclusive, ressaltar um fato novo: a febre acometia as pessoas de todas as classes, e não somente as classes menos favorecidas como em pestes pretéritas. Decerto, este fato contribuiu para uma tomada de decisões sem demora, para extinguir a febre pelo menos das áreas centrais, onde se dava a maior parte do povoamento naquela época. Em meados de fevereiro, a febre manteve-se próxima ao litoral, porém, em fins de março já havia invadido todas as áreas da cidade.

O que se faz urgente notar, são as causas para a febre amarela ter surgido e causado tantas mortes. A forte teoria, defendida pelos então médicos higienistas, eram os miasmas.

A Cidade do Rio de Janeiro era sufocada por morros no centro da cidade e, naturalmente, era um ambiente de mangue, ou seja, úmido. O homem perpetuou este quadro com suas pequenas ruas, e as construções de casas bem próximas umas as outras, com pouco ou nenhum arejamento, despejo indevido de dejetos nos rios ou mesmo nas ruas, lixo espalhado e os defuntos sendo enterrados nas igrejas. Ora, acreditava-se então, que muitas doenças eram causadas pelo “mal dos ares”; ainda: que havia eflúvios destes

despejos ou mesmos ares liberados pela decomposição dos corpos, que vinha diretamente da terra e pairava sobre o ar; assim, a cidade tendo o quadro natural acima relatado, a circulação de ar era reduzida, contribuindo para o estacionamento destes ares e então a contaminação e acometimento das pessoas pelo mal da febre entre outras epidemias. Eram os ditos miasmas, ou eflúvios miasmáticos, que eram capazes, na concepção dos higienistas e mesmo das pessoas da época, de adoecer e vitimar vidas, como sempre acontecia.

O terral, ou vento que vinha da terra para o mar, era um grande vilão, pois este passava pelos mangues, e assim, classificado como sujo e cheio de miasmas. Ainda na cidade, a putrefação de matéria orgânica, de qualquer natureza era enorme, os pântanos e mangues, como dito acima, eram grandes vilões, que acabariam no fim do século XIX aterrados. As construções como casas não tinham assoalho; ficavam diretamente ao chão. Não havia qualquer noção concreta de saneamento básico. As igrejas abrigavam os corpos sepultados em decomposição, que se situavam próximas às casas. Ora, o Rio de Janeiro sendo uma cidade litorânea, com várias reentrâncias do mar em seu território, possuía um lençol freático bem próximo a superfície, que por capilaridade, ao subir, agregava esses miasmas, levando-os para o interior das residências. Tínhamos assim, uma avalanche de novos acometidos pela febre amarela, e as teorias higienistas ganhavam cada vez mais força. Apesar de durar até fins do século XIX, quando foram desmascaradas por Pasteur, e posteriormente, no caso do Rio de Janeiro, por Oswaldo Cruz, as teorias vigoraram por um tempo razoável, agindo de forma paliativa no controle de tais enfermidades, pelos outrora pensadores da cidade, os médicos.

Num dado momento, precisamente em meados de 1850, essas vítimas que faleceram de febre amarela, tornaram-se também temidas por um novo contágio, a partir da putrefação de seus corpos. Sendo os enterros feitos em igrejas, já que não havia locais específicos para tal fim, em um ambiente escuro, fechado, os odores se faziam sentir e eram terríveis. Logo, as sepulturas e cadáveres se tornaram temidos pelos vivos pois eram considerados novos focos de contágio e deviam ser evitados, repudiados. Isso significava algo novo na sociedade carioca: os mortos, pela primeira vez eram rejeitados e seu “convívio” com os vivos agora era objeto de negação.

Quando alguém falecia, ocupava um lugar de importância na cidade, e os significados de morte estavam espalhados pelo espaço: o soar dos sinos avisando do falecimento de alguém, o próprio velório que era feito nas casas (fechadas), e o sepultamento intramuros, realizado nas igrejas. Como exemplo sobre os sepultamentos na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Paula:

Passando através da porta lateral, entramos numa área quadrangular fechada por quatro paredes (...) deixando um espaço central aberto sob céu

e ocupado por alguns túmulos de mármore. Os nichos para os cadáveres, abertos nas paredes, tinham um pouco mais de 1,80 metro por 80 centímetros com 45 de altura nas extremidades e 60 no meio, formando a parte superior um arco abaixo(...). Existem três fileiras de nichos, cada uma das quais estende-se ao longo de toda volta do pátio. Os nichos ocupados são fechados na frente por tijolos e rebocados. Todos são numerados, não havendo, porém, quaisquer outras marcas ou inscrições. Seus inquilinos ocupam-nos por muito pouco tempo para que as inscrições e os elogios permaneçam. (EWBANCK, 1976, p.88)

Em suma, o cenário de epidemia na cidade se espalhava cada dia mais e fazia vítimas de forma drástica. Aliado às teorias higienistas da época que diziam estar o ar da cidade do Rio de Janeiro tomado por eflúvios miasmáticos de diversas naturezas, e sendo uma das causas desses miasmas ser fruto dos enterramentos intramuros, nas igrejas, causados pela decomposição destes defuntos, próximo ao convívio e costumes dos vivos, trouxe a necessidade de tomada de medidas para contornar a situação. Uma das resoluções (a que interessa neste trabalho) seria a de mudança nos hábitos fúnebres e término dos sepultamentos nas igrejas. Isto, por serem considerados os corpos responsáveis também por miasmas que se espalhavam pela cidade, como dito anteriormente. Assim, os mortos perderiam seu espaço dentro da cidade, e se “mudariam” para locais próprios para seu sepultamento e, agora, longe do convívio dos vivos.

3. Os mortos fora dos limites da cidade

Seguindo a linha de Hipócrates, como em sua obra “Sobre ares, as águas e os lugares”, que dizia que a qualidade de vida nos lugares era resultado da qualidade dos ares e águas, os médicos higienistas, então pensadores da cidade na época, “expulsam” os mortos da cidade, construindo cemitérios extramuros, como feito também em Roma.

Diversos ofícios foram despachados, desde 1830, para que cemitérios fossem construídos e que aos poucos os enterros nas igrejas fossem cessados. Porém, não muito diferente dos dias atuais, as autoridades cariocas só tomavam partido de problemas da cidade quando estes já estavam alcançando enormes proporções. Foi o que aconteceu no início do século XIX, onde com a epidemia de febre amarela em 1850, diante da pressão de várias camadas da sociedade, entre elas a elite, que também padecia diante da febre, os sepultamentos em igrejas foram proibidos e ordenada a construção de cemitérios públicos. Em 5 de junho de 1850, inicia-se uma discussão no Senado para o estabelecimento desses, onde o governo iria determinar sua quantidade e a localização, preço das sepulturas, caixões, e outros assuntos atinentes aos atos fúnebres. Finalmente é estabelecido o decreto de nº 583 de 1850, que autorizou o governo a definir os atos relativos aos sepultamentos e as necrópoles, e que seria encarregada pelos mesmos a

Santa Casa da Misericórdia, quando foi consultada pelo governo em 28 de julho de 1851, para responder quanto tempo levaria para tomar para si o decreto dos campos-santos.

As negociações com as Ordens Terceiras e demais irmandades que antes eram responsáveis pelos sepultamentos não foram amistosas sobre as localizações dos cemitérios. O do Catumbi já existia, e muitas pressões foram feitas para que ele fosse considerado geral, ou que fosse ampliado. As localizações eram: um na ponta do Caju, que se chamaria São Francisco Xavier, e o outro, próximo à lagoa Rodrigo de Freitas, no bairro de Botafogo, o então São João Batista- os dois em áreas fora do centro da cidade.

Com o estabelecimento dos cemitérios públicos na cidade, os mortos haviam, enfim, sido mandados para fora da cidade pelos vivos, para longe de seu convívio, como medida fundamental para recuo e fim da febre amarela, e não proliferação de mais nenhuma doença na cidade.

4. Os objetos de análise: As necrópoles construídas

Dentre os cemitérios acima citados que seriam construídos para o sepultamento extramuros dos mortos, o do Caju era preexistente em parte. Lá eram sepultados escravos e indigentes. Porém, o que se quer dizer como outros objetivos de construção dos cemitérios? Na verdade, vem apenas ilustrar algo cativo nos sepultamentos na cidade. Antes, com os sepultamentos nas igrejas, isso acontecia com famílias ricas, autoridades ou religiosos. Ora, tanto é que o próprio cemitério do Caju, de 1839, enterrava indigentes e escravos, gente que pertencia às classes mais baixas, comumente invisibilizadas. Os costumes fúnebres anteriormente eram claramente divididos, já que pobres e ricos (falando em grosso modo) não jaziam no mesmo espaço. Agora, com a epidemia da febre, e a urgência das medidas higienistas de expulsarem os mortos das cidades, sendo eles ricos, pobres, escravos, ou seja, de qualquer classe. Assim, os cemitérios públicos retratariam um espaço de igualdade, em um primeiro momento, pois abrigariam os restos de indivíduos de qualquer que fosse a classe no mesmo espaço.

A cidade do Rio de Janeiro, nesta época, apresentava uma pequena diferenciação social no espaço urbano, já que isso se tornaria evidente com a Reforma Passos, no início do século XX. Mas a elite se distanciava sim das camadas pobres, já que sua presença não era bem aceita. É nessa época que as primeiras famílias ricas saem do centro e começam a habitar os bairros da Zona Sul, como Flamengo, Glória, Catete e Laranjeiras, e os pobres ficam imobilizados na área central (ABREU, 1987).

Pois bem, com os cemitérios públicos, eles estariam finalmente ocupando o mesmo espaço, agora na cidade dos mortos. É claro dizer que esta “igualdade” social nas

necrópoles foi uma consequência da construção das cidades dos mortos extramuros, porém, é algo que realmente aconteceu à primeira vista.

O cemitério de São Francisco Xavier é o mais antigo da cidade. Foi instalado em 1839 por José Clemente Pereira, numa gleba comprada a José Goulart, para enterrar os indigentes e escravos até então sepultados nos terrenos de Santa Luzia, onde se ia erguer o atual hospital da Santa Casa de Misericórdia, no Rio de Janeiro. Foi chamado Campo-Santo do Caju. Seu primeiro defunto foi inumado em 1840 (FIGUEIREDO, 2012).

Em 1851 o nome foi mudado para o de Cemitério de São Francisco Xavier. Naquele ano é ampliado e juntaram-se às terras de José Goulart, as da antiga Fazenda do Murundu, de Baltasar Pinto dos Reis. Em 1858 desmembra-se o terreno que vai ser o Cemitério da Venerável Ordem Terceira da Penitência e em 1859 o que vai ser o Cemitério da Venerável Ordem Terceira do Carmo. Essa vasta área corresponde, mais ou menos, ao que é hoje limitado pela Avenida Brasil, pelas Ruas Carlos Seidl, Indústria e Monsenhor Manuel. Os aterros, em frente, fizeram desaparecer os cais.

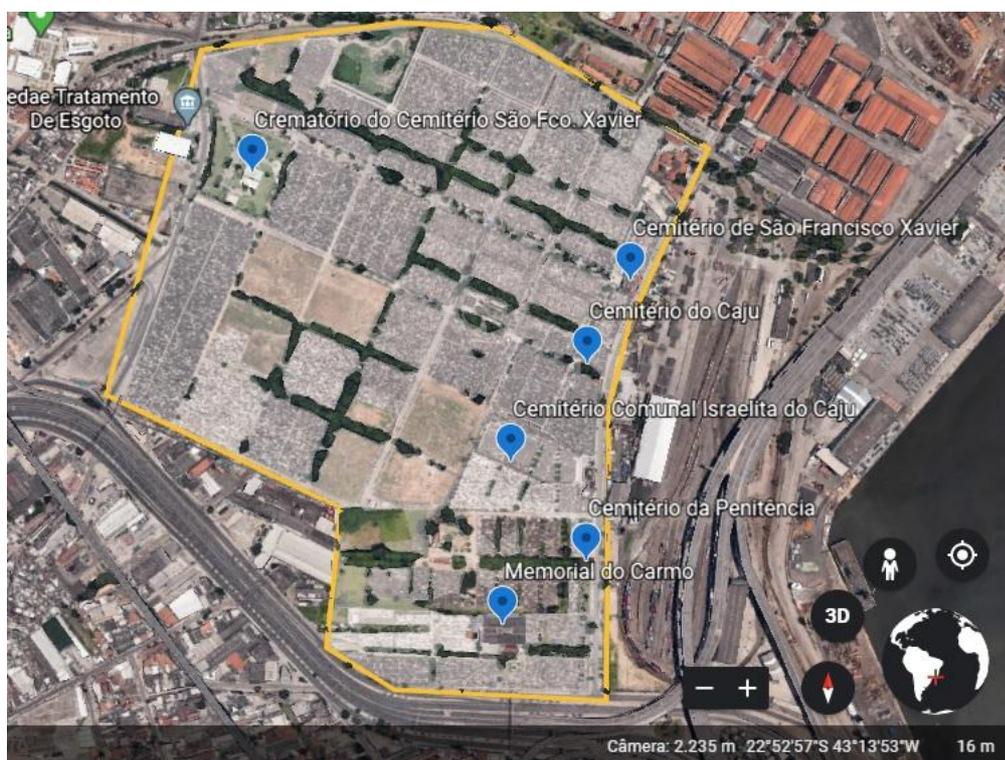


Figura 1. Mapa do Complexo do Caju. Fonte: Google Earth, 2020.

Em 1852 foi inaugurado o Cemitério São João Batista, historicamente importante por ter sido, junto com o do Caju, um dos primeiros da cidade a permitir enterros para pessoas de qualquer classe social. Porém, como já posto, isso começou a ocorrer de formas diferentes.

Ocupa uma vasta área, tendo de frente pela rua General Polidoro, 333,5 metros, estendendo-se desde ali até as vertentes do Morro São João Batista, tendo na parte plana a

superfície de 183.123 metros quadrados. Calcula-se haver entre 20 mil a 90 mil sepulturas, de diferentes tipos, espalhadas por 43 quadras. Por dentro do terreno passa canalizado o Rio Berquó.

O chão inicial deste cemitério, a antiga Chácara Berquó, foi comprado em 2 de agosto de 1852, a Francisco da Cruz Maia. Posteriormente outras propriedades foram sucessivamente adquiridas e reunidas para formar a atual área, tal qual aconteceu com o do Caju (FIGUEIREDO, 2012).

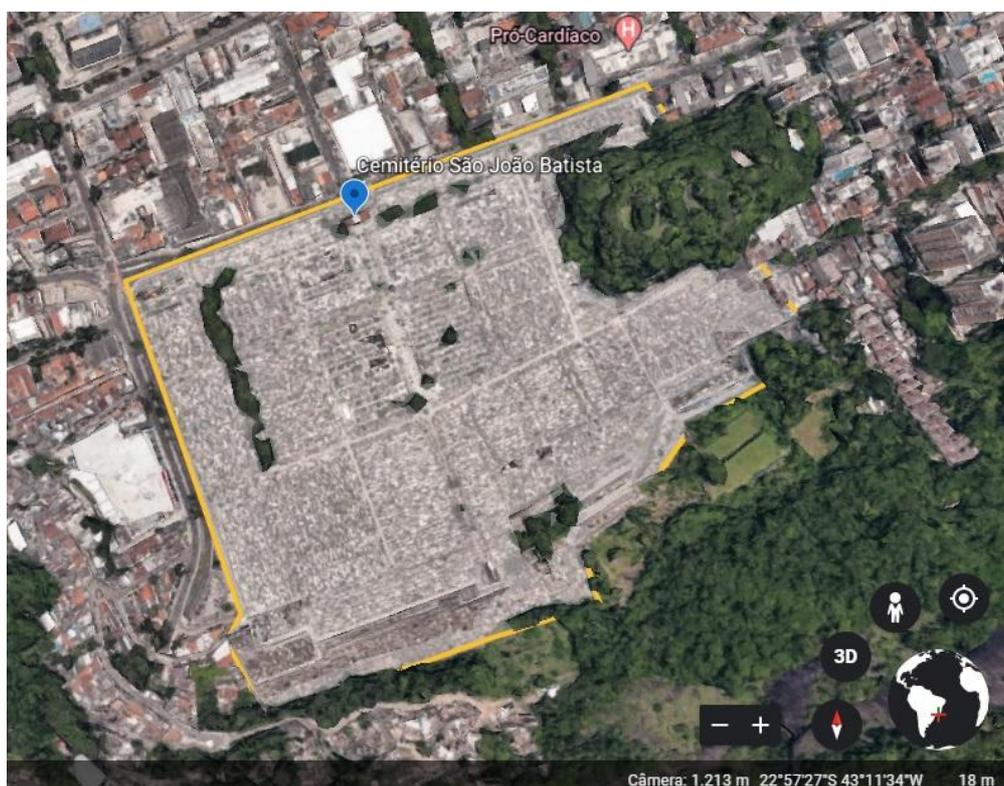


Figura 2. Mapa do São João Batista. Fonte: Google Earth, 2020.

5. A estrutura e sua divisão social

À primeira vista aconteceu um processo de desaparecimento das divisões de classe nas necrópoles cariocas, pelo fato de pobres e ricos estarem agora no mesmo espaço. Porém, as ocupações acabaram por trazerem consigo seus significados e mais tarde, a representação da classe social do morto. Isso foi materializado a partir das formas das sepulturas e mesmo, mais tarde, na localização delas. Ou seja, a partir de esculturas, com lindas formas em mármore, pedra sabão, ou mesmo em bronze, e grandes placas com nome do falecido, fotos ou outras representações que o ilustrem, referências de sua família, como “Jazigo da Família” ou capelas, templos e Mausoléus, que possuem edificações onde os carneiros ficam no seu interior. Toda representação que demonstrem que no mundo dos vivos, o defunto advinha de uma classe mais abastada, de berço afinal.

Ou ainda, sepulturas bem localizadas, ocupando as aléias principais dos cemitérios, onde os visitantes se faziam passar e por que não, lançar uma olhadela ao jazigo, bem adornado e enfeitado. Uma visita à memória. Ali repousam em jazigos perpétuos, próprios, donos daqueles terrenos, caros, onde não correm o risco de terem sua referência apagada ou removida com o passar dos anos. Estas aleias sim, além de tudo, sempre estão bem limpas, pois ocupam os locais de passagem dos cemitérios, são uma vitrine. É considerado inclusive uma galeria de arte ao céu aberto, dada a quantidade enorme de estátuas e réplicas de obras de famosos, que significava o desejo de demonstrar a importância do falecido através de tantas obras e adornos. Hoje, inclusive, conta com passeios guiados para conhecerem as obras de arte em exposição gratuita nas necrópoles além de códigos QR nos jazigos de personalidades para que se possa saber mais sobre a história das celebridades que ali repousam (BRISOLLA, 2014).

Já pessoas oriundas de classes sociais mais baixas, claro, não poderiam arcar com sepulturas tão caras. Isso é possível de ser verificado, de acordo com sua localização e tipo. Tratando-se de jazigo perpétuo são propriedades permanentes que podem abrigar os despojos de até sete pessoas. Suas localizações tendem a ser em áreas mais acessíveis, próximas à rua ou das aleias principais.

Os temporários tendem a se localizar em áreas de pior acesso como ladeiras, subidas de escadas ou distantes das entradas, além de serem alugadas por tempo determinado, geralmente o necessário até se fazer a exumação dos restos mortais. Isso já representa que a memória dessas pessoas será representada se forma diferente em lugares diferentes. Pouco visíveis, pouco acessíveis. Sem muita decoração ou embelezamento. Até porque, ao fim de três anos, em média, qualquer placa posta em homenagem ao falecido, será destruída para que aquele espaço possa receber outra pessoa e assim, sucessivamente. Para os mais pobres, então, jazigos temporários, gavetas ou mesmo covas rasas são as opções acessíveis e únicas, e normalmente, abandonados pelas administrações, com poucas intervenções de limpeza, embelezamento ou mesmos, cuidados com as próprias sepulturas. Dali, ao passar, imagina-se tratar de pessoas com poucas posses.

Ao fim dos três anos, se não houver condições de arcar com nichos ou ossários, gavetas menores para receber a ossada do falecido pré-dispostas em uma caixa de fibra, o destino e irremediável fim é o ossário geral. Sem identificação, sem memória, sem homenagem. De tempos em tempos, pelo acúmulo, são incineradas. E ao pó, retornam.

6. A segregação socioespacial nas necrópoles

A cidade enquanto construção do homem, da materialização de seu trabalho, apresentará suas formas de ocupações que terão representadas a necessidade de produzir, consumir, habitar ou viver. O uso do solo está ligado aos momentos particulares de produção do capitalismo. (CARLOS, 1992).

A maneira como as cidades se estabeleceram e, também, a produção do espaço geográfico consoante o desenvolvimento do capitalismo, segundo Canetti *et al.* (2017), criaram formas de ordenação específicas que estão subordinadas aos imperativos da acumulação do capital. Santos (1978) afirmava que a organização do espaço reflete e condiciona, ao mesmo tempo, a organização da sociedade. De tal forma, numa sociedade de classes capitalista, a organização espacial das cidades ocorre de acordo com essa hierarquização social.

Ao se conectar com o sistema econômico vigente, a produção do espaço urbano também reproduz no espaço suas desigualdades. A pobreza e a produção do espaço se associam, gerando a chamada segregação (SOUZA, 2005).

Entende-se como segregação socioespacial a reprodução, ou materialização no espaço, das desigualdades e diferenças entre as classes, caracterizadas pelo seu poder aquisitivo. Não ocorre meramente uma localização diferente de classes sociais no espaço urbano; mas sim a segregação como sendo a constatação do resultado das contradições das relações sociais, das lutas de classe do sistema capitalista refletidas na organização e estruturação do espaço urbano (CASTELLS, 1983).

Nas grandes cidades, esse fato é ainda mais claro, com espaços que passaram por uma valorização e através da especulação imobiliária (venda do solo urbano), acabam por excluir destes locais as classes que não podem arcar com os valores pré-fixados por estes agentes modeladores do espaço urbano.

Segundo Corrêa (1989) a segregação é um produto da existência de classes sociais, sendo a sua espacialização no urbano. É um processo que se caracteriza sob a cidade, que sob a égide do capitalismo, fez com que a segregação assumisse novas dimensões espaciais. Ainda sob a visão de Corrêa, ele aponta três forças básicas que, segundo Harvey (1980), estruturam o capitalismo. Destacam-se duas, sendo a primeira “Uma força primária, básica, que vem das relações entre capital e trabalho, gerando uma estrutura dicotômica de classes: os detentores dos meios de produção e os que vendem sua força de trabalho” e a segunda “Uma força residual, que é originada de formas pretéritas de organização social ou do contato entre um modo de produção dominante e um subordinado. Traduz-se, por exemplo, na existência de uma aristocracia rural e de camponeses menos incorporados ao capitalismo.

A partir dessas diferenciações sociais, sejam por quaisquer das duas naturezas supramencionadas, temos a reprodução material no espaço dessas diferenças. Corrêa (1989) demonstra tais processos no âmbito social (residências) e econômico (indústrias). Pois o processo nas necrópoles segue a mesma lógica das residências, com reproduções sociais no espaço das classes sociais. Apesar de ser um espaço pouco dinâmico pois não há mobilidade social, por exemplo, como nas cidades dos vivos, mas há muito da essência da segregação de grandes espaços urbanos em si. Ainda em Corrêa, que amplia a análise sobre essas diferenças percebidas no espaço:

O rebatimento no espaço de classes sociais fragmentadas verifica-se basicamente devido ao diferencial da capacidade que cada grupo social tem de pagar pela residência que ocupa, a qual representa características diferentes no que se refere ao tipo e à localização (CORRÊA, 1989, p.29)

Esse diferencial em poder arcar com diferentes propriedades é exposto no cemitério São João Batista, o local de estudo. Há uma clara divisão dos locais ocupados por uma demanda solvável e outras classes menos favorecidas.



Figura 3. Foto com vista de cima do Cemitério São João Batista. Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Esta foto apresenta uma visão mais panorâmica de todo cemitério. Nota-se no muro branco, destacado em amarelo junto ao morro florestado, uma verticalização e uma separação do resto do cemitério. Essa parte é ocupada por gavetas temporárias, que funcionam pelo aluguel de três anos. Passado o tempo, os despojos são retirados dali. A visão clara e imediata que se tem é que há uma separação daquele tipo de sepulturas das outras. O seu valor de compra, onde no caso, as gavetas são alugadas, tem o custo de

R\$401,51 pelos três anos, segundo dados do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro (2020). Já a subconcessão do uso da terra em regime perpétuo no São João Batista é de R\$ 33.458,22 o metro quadrado, para os carneiros perpétuos, destacados em retângulos vermelhos. Essa diferença que varia com a localização e tipo, tem a mesma lógica da cidade dos vivos, para as residências.

É importante ressaltar que os valores acima são apenas parte do terreno, por sua compra ou aluguel. O processo de sepultamento acaba por envolver outras despesas documentais, de traslado ou mesmo decorrentes do velório.

Aprofundando essa lógica: sendo assim, nas grandes metrópoles temos a clara divisão ou segregação de contingentes da população oriundas das classes mais baixas em áreas menos abastadas ou servidas por equipamentos urbanos de forma precária ou inexistentes.

Podemos afirmar que a moradia reflete a estrutura econômica e social. Dividindo um pouco mais a análise, é possível identificar tais estruturas pela moradia em si, por sua construção, arquitetura, e ainda, onde está implantada, como o bairro, por exemplo. Essas duas características podem ilustrar que tipo de demanda ela atende, a capacidade da demanda solvável.

Apesar de não sofrer com a intervenção direta de quem se estabelece em seu espaço, os cemitérios obedecem a uma lógica semelhante às das grandes metrópoles, no que concerne a especulação e segregação socioespacial. Através da venda de carneiros, jazigos, mausoléus, a especulação se estabelece, tendo uma faixa de preços que varia de acordo com características como localização, a posse. Há ainda os tipos de cemitérios que pressupõem uma maior especulação, como nos particulares. Já a segregação é consequência dessa especulação, onde a partir das faixas de renda, as classes se apoderam de diferentes espaços nos cemitérios, restando aos indivíduos de classes menos favorecidas os espaços menos servidos de equipamentos ou benesses. É muito fácil de identificar nos cemitérios os espaços ou aleias onde descansam os restos de pessoas oriundas de classes menos abastadas. Restos de exumações pelos corredores decorrentes do fim do período relativo ao aluguel. Áreas com forte cheiro dos cadáveres em decomposição exalam visto a má vedação das catacumbas, o que não raro muitas encontram-se parcialmente ou totalmente abertas, traços que representam o descaso da administração em zelar por essas quadras e corredores de sepulturas temporárias. Traços de pouca preocupação com a memória dos que ali repousam, ainda que temporariamente.



FIGURA 4. Ao lado, uma parede com gavetas sem nenhuma identificação; ao fundo, após a escadaria, os ossários. Fonte: Arquivo pessoal, 2019.



Fgiura5. Um corredor com mais gavetas temporárias, mal cuidadas. Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Note-se que muitos dos jazigos temporários não possuem identificação do falecido, como nome e datas de nascimento e morte. Só a numeração da sepultura. Em muitos, há uma pintura feita a mão por familiares do morto, representando mais uma forma de precarização e mercantilização intensa desses espaços. Para que pelos próximos três anos a sepultura tenha um nome, uma data ou mesmo uma foto e não só um registro, só um número, pode-se encomendar em lojas próximas ao cemitério (que também vendem outros artigos para o funeral, como coroas de flores, véus, santos, etc.) placas de diferentes materiais, como granito, mármore, porcelana, metais variados ou pó de pedra. Em valores

atuais, uma placa de mármore branco, com inscrição gravada em uma sepultura temporária parte do valor de R\$296,01 (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2020). É importante ressaltar que serviços em marmorarias e comércio especializado que venha a inserir fotos ou outros adornos nessas pedras sepulcrais possuem valores maiores.

Instalou-se um comércio nas redondezas que tem como clientela direta e especializada o cemitério pela sua demanda criada.

Rezende (2007, p.30) traz uma reflexão sobre o tempo de descanso e a saída do corpo para chegada de um novo defunto com os desabrigos que os menos favorecidos passam em vida, onde diz que “o rodízio dos corpos dos pobres, nos cemitérios populares, imita os desabrigos que o pobre passa em vida, sendo despejado e levado para mais longe; depois dos três anos na sepultura ele tem que desocupar o lugar”.

Diante de uma sociedade onde uma parte da população não possui condições de comprar um imóvel ou mesmo condições de arcar com um aluguel, os promotores imobiliários, um dos agentes transformadores do espaço urbano (Corrêa, 1989) tem como estratégia se dirigirem primeiramente aos que possuem condições de arcar com a compra de imóveis e propriedades. Assim, há uma consequência: a cidade se molda e vai se formando consoante os interesses desses agentes, muitas vezes em conjunto com o Estado, que aumenta o valor dessas propriedades ou simplesmente especula através de beneficiamentos estruturais, criação ou valorização de amenidades, segurança, acessibilidade, dentre outros. Vão se formando e se reforçando, os espaços segregados.

Estando os cemitérios inseridos na cidade, eles não se desconectam da lógica especulativa da urbe. Esse espaço vai funcionar dentro da lógica capitalista de divisão de classes, da mercantilização do solo, da formação e transformação do espaço e da especulação fundiária. O solo em que o homem vive e morre transforma-se em mercadoria, destacando nas necrópoles espaços onde a hierarquia social e econômica também é representada (FIGUEIREDO, 2012).

7. Considerações finais

Ao longo do século XIX, principalmente sua primeira metade, o Rio de Janeiro passou por diversos momentos problemáticos, no condizente as condições médico-sanitárias, que estavam por demais críticas, com a tomada da cidade pela febre amarela. Entre outras medidas, coube aos higienistas da época, que eram os pensadores da cidade, identificar as razões para epidemia. Uma das causas apontadas, os miasmas, estes no caso oriundos da decomposição dos cadáveres que eram então sepultados no interior das

igrejas, teve como resolução a “expulsão” dos mortos de perto do convívio dos vivos, ou seja, a construção de cemitérios e então os sepultamentos extramuros.

Estas obras não demoraram a acontecer, visto o caos na saúde pública e o pavor dos vivos pelos mortos, estes agora focos de doenças e propagadores das pestes. Foram então construídos cemitérios na cidade, cabendo aqui citar o de São Francisco Xavier, no Caju e o objeto de estudo, o de São João Batista, em Botafogo.

Como explicado, num primeiro momento dos sepultamentos em cemitérios públicos, e o fim dos enterros nas igrejas, pobres e ricos puderam então fazer num mesmo espaço da cidade, o que antes não acontecia quando eram vivos dada a diferença social no espaço urbano da cidade, pouco expressivo, mas existente, ou mesmo com os sepultamentos nas igrejas, onde ricos e integrantes da igreja tinham esse privilégio.

Todavia, aos poucos a forma, tipo e localização das sepulturas materializaram as diferenças entre as classes nas necrópoles. Apesar de estarem localizadas no mesmo espaço, os adornos com estátuas, a posse e localização em aleias principais ou próximas de acessos principais no cemitério, que mais tarde viraria uma mercadoria de altíssimo valor agregado, diferiam se o morto era de uma classe abastada ou se era desprovido de recursos.

Portanto, houve mudança nos costumes fúnebres da cidade, como o trato com os mortos por obrigação para medida de contenção das doenças, e a localização dos mortos na cidade serem, agora, no âmbito extramuros, outro fato novo. O que não houve de tão novo, foi a continuação da diferenciação no espaço, das classes sociais na cidade, agora dos mortos.

Referências bibliográficas

ABREU, M. de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar Editor, 1987, 156p.

BRISOLLA, F. Cemitério no Rio quer virar ponto turístico. **Folha de São Paulo Online**, São Paulo, Nov. 2014. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1542038-cemiterio-no-rio-quer- virar-ponto-turistico.shtml>. Acesso em junho de 2020.

CANETTIERI, T.; PEREIRA, T.; LIBERATO, R. C.. **Uma contribuição para o entendimento da segregação urbana**: exploração, dominação e valorização. Revista Espinhaço, Diamantina, nº 6, Páginas 3- 13, 2017.

CORREA, R. L. **O espaço urbano**. Rio de Janeiro, Editora Ática, 1989.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

EWBANK, T. **A vida no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1976.

FIGUEIREDO, O. M. **Desvendando as necrópoles da Cidade do Rio de Janeiro: O exemplo do Cemitério São João Batista**. 2012.108f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

REZENDE, E. C. M. **Cemitérios**. São Paulo: Coleção Espaços Mal Vistos, Editora Necrópolis, 2007.

RIO DE JANEIRO (Município). Resolução SMIHC “n” nº 04, de 19 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre o reajuste dos preços contidos na Tabela de Serviços Cemiteriais Funerários Compulsórios na vigência do ano de 2020. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2020, Páginas 176- 178.

RODRIGUES, C. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: Tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal da Cultura, 1997.

_____. **A criação dos cemitérios públicos do Rio de Janeiro enquanto “campos santos” (1798-1851)**. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 8, Páginas 257-278, 2014.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SOUZA, M. L. de. **ABC do Desenvolvimento urbano**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.